COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45-A, DE 2019, DO SRº BALEIA ROSSI E OUTROS, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REQUERIMENTO N.º , DE 2019

(Do Sr. Laércio Oliveira)

Requer a inclusão do Prof. Doutor Edison Carlos Fernandes no rol de convidados para audiência pública a ser realizada por esta Comissão Especial.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão do Prof. Doutor Edison Carlos Fernandes no rol de convidados para audiência pública a ser realizada por esta Comissão Especial.

JUSTIFICAÇÃO

O plano de trabalho da PEC 45 prevê uma audiência pública no dia 17/09 para discutir as “Repercussões Setoriais da Reforma Tributária”. Acreditamos que esta é uma boa oportunidade para que o Dr. Edison possa colocar em discussão os pontos que afetam o setor de serviços.

Para tanto, vale mencionar resumo de seu currículo: Prof. Doutor Edison Carlos Fernandes, Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco (1994), Pós-graduado em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária, atual Instituto Internacional de Ciências Sociais – IICS (1996), Pós-graduado em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1998), Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002), Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professor das matérias de contabilidade para os cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGVLaw) (Desde 2004), Diretor Acadêmico do CEU Law School (Desde 2012), Co-coordenador do Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade – GEDEC da FGV Direito SP, Titular da Cadeira nº 29 da Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ, Professor do curso de especialização da Associação Paulista de Estudos Tributários – APET. Professor da FEA-USP. Autor de diversos livros, dentre eles: “Direito e contabilidade: fundamentos do direito contábil” (Trevisan); “IRPJ e CSLL” (Atlas); “Demonstrações financeiras: gerando valor para o acionista” (Atlas) e de diversos textos especializados.

Conquanto seja necessária a mudança no sistema tributário brasileiro, com vistas simplificar a tributação e seu controle, a proposta do IBS apresenta diversos e significativos riscos para o setor de serviços. De maneira resumida, o Professor Doutor poderá contribuir nos seguintes pontos:

1. Com o IBS, haveria a unificação do ICMS (imposto estadual) com o ISS (imposto municipal), além de outros federais, criando um único tributo sobre o consumo. Estimasse que a alíquota do IBS seja de, aproximadamente, 25%. Em decorrência, os prestadores de serviços que hoje estão sujeitos à alíquota do ISS entre 2% e 5% passarão a contribuir com a alíquota padrão do IBS, qual seja, os mencionados 25%.

2. Além disso, a proposta do IBS prevê uma única alíquota para qualquer atividade sujeita ao novo imposto. Isso significa que a indústria, o comércio, os serviços e a cessão de direitos serão tributados, todos, à mesma alíquota de 25%. Não haverá exceções. Com isso, confirma-se o aumento da carga tributária do setor de serviços com a substituição do ISS pelo IBS.

3. Por outro lado, a proposta do IBS prevê a possibilidade de tomada de crédito de todas as compras efetuadas pelo contribuinte: trata-se da não cumulatividade, que hoje é observada por IPI, ICMS, PIS e COFINS. Ocorre que o direito ao crédito de imposto, referente à etapa anterior, está restrito à aquisição de bens, direitos e serviços de pessoa jurídica. Portanto, os prestadores de serviços não terão direito à tomada de crédito de imposto sobre seu principal “insumo”: a mão de obra.

4. Finalmente, a proposta prevê que o imposto será devido ao local de consumo do bem ou serviço: tributação no destino. Embora tenha méritos, essa proposta ainda está envolta de muitas dúvidas, pois não há definição sobre como a tributação no destino será operacionalizada, se por meio da retenção na fonte ou com a formação de um Fundo nacional para transferir os recursos aos municípios.

Por essa razão, requeiro a inclusão do Prof. Doutor Edison Carlos Fernandes na Audiência Pública prevista para 17/09 para discutir as “Repercussões Setoriais da Reforma Tributária”.

Sala da Comissão, de agosto de 2019.

DEPUTADO LAÉRCIO OLIVEIRA
PROGRESSISTAS/SE